



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Termo de Referência Nº 76/2026

## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação de serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção e reformas de edificações onde se encontram instaladas as unidades da Justiça Eleitoral do Piauí, nos termos da tabela abaixo, através de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	Mobilização e Desmobilização para Realização de Levantamentos	km	6.000	3,78	22.680,00
2	Levantamento Cadastral	m²	6.000	5,09	30.540,00
3	Laudo Pericial de Estruturas	m²	4.000	6,88	27.520,00
4	Projeto Básico de Arquitetura	m²	4.000	15,12	60.480,00
5	Projeto Executivo de Arquitetura	m²	4.000	20,08	80.320,00
6	Projeto Executivo de Fundações	m²	2.000	6,41	12.820,00
7	Projeto Executivo de Superestrutura em Concreto Armado	m²	2.000	11,50	23.000,00
8	Projeto Executivo de Estrutura de Cobertura	m²	2.500	6,74	16.850,00
9	Projeto Executivo de Recuperação e Reforço de Estruturas	m²	4.000	12,50	50.000,00
10	Projeto Executivo de Instalações Elétricas	m²	4.000	8,34	33.360,00
11	Projeto Executivo de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA	m²	2.000	2,03	4.060,00
12	Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado (telefonia e lógica)	m²	4.000	3,61	14.440,00
13	Projeto Executivo de CFTV e Cerca Eletrificada	m²	2.000	4,86	9.720,00
14	Projeto Executivo de Instalações de Ar-Condicionado	m²	4.000	4,35	17.400,00
15	Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias (água fria, esgoto sanitário e águas pluviais)	m²	2.000	8,10	16.200,00
16	Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PPCI)	m²	4.000	3,61	14.440,00
17	Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro	m²	5.000	4,59	22.950,00
Valor Total Estimado para Contratação dos Serviços					<b>456.780,00</b>

## **1.2. CATSER aproximado: 20060 - Elaboração / análise projeto – engenharia.**

**1.3.** Os quantitativos constantes da tabela acima têm natureza meramente estimativa e indicativa, não constituindo obrigação de contratação por parte do TRE-PI. Os licitantes deverão dimensionar suas propostas e composições de preços unitários considerando essa característica, não cabendo qualquer reivindicação fundada na expectativa de contratação integral das quantidades registradas.

**1.4.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, quais sejam:

- a. as disciplinas de projeto são descritas com bases de contratação mensuráveis em m² e km, permitindo comparação objetiva entre propostas;
- b. os produtos a serem entregues são definidos com clareza no Caderno de Encargos (Anexo I) e nas bases de contratação (Anexo II), com nível de detalhamento suficiente para aferição da conformidade da entrega;
- c. a execução dos serviços não exige solução técnica singular ou metodologia proprietária, podendo ser realizada por qualquer empresa devidamente registrada no CREA ou CAU com o acervo técnico exigido.

**1.4.1.** Ainda que a elaboração de projetos envolva atividade de natureza preponderantemente intelectual, essa circunstância não afasta, por si só, a caracterização como serviço comum, conforme orientação do Acórdão nº 2.594/2013-TCU-Plenário, desde que os critérios de aceitação e os padrões de qualidade sejam objetivamente verificáveis — condição atendida pelo conjunto de documentos que integram este Termo de Referência e seus anexos.

**1.4.2.** A adoção do Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, justifica-se ainda pela necessidade de ampliar a competitividade do certame, reduzir custos e viabilizar a contratação sob demanda, sem comprometer a qualidade técnica dos produtos, cujo controle é assegurado pelo mecanismo de ciclo de revisões e pelo Instrumento de Medição de Resultado — IMR (Anexo IV). Fundamentação legal: art. 6º, XIII; art. 28, II; e art. 82 da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 1º do Decreto nº 11.462/2023."

**1.5.** A presente contratação adotará o regime de execução de empreitada por preço unitário.

**1.6.** A ata de registro de preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, na forma do Art. 22, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

**1.7.** As ordens de serviço e os empenhos deverão ser emitidos dentro do período de vigência da ata de registro de preços e os termos do contrato terão vigência durante todo o tempo de realização dos serviços até a sua entrega e a aprovação dos projetos nos órgãos públicos, quando for o caso.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

**4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1.** Assegurar que o serviço a ser realizado atenda às diretrizes de sustentabilidade, e promovam menor impacto sobre os recursos naturais, além de oferecer maior eficiência na utilização dos recursos naturais, menor custo de manutenção dos equipamentos conforme estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais. Ademais, o serviço a ser licitado, conforme Tabela 01, deve atender as especificações contidas na descrição do item.

**4.1.2.** A disposição final e ambientalmente adequada dos resíduos, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**4.1.3.** Quanto as exigências legais de sustentabilidade social, a contratada deverá observar o seguinte:

**4.1.3.1.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários;

**4.1.3.2.** Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho;

**4.1.3.3.** Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial o que consta na Norma Regulamentadora Nº 6 do MTE.

**4.1.4.** Na elaboração dos projetos básicos e executivos devem ser atendidos os seguintes requisitos, não exaustivamente:

- a. Segurança;
- b. Funcionalidade e adequação ao interesse público;
- c. Economia na execução, conservação e operação;
- d. Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- e. Facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;
- f. Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- g. Impacto ambiental.

**4.1.5.** Do mesmo modo, a CONTRATADA deve, quando da elaboração dos projetos básicos e executivos e nas demais peças técnicas compatíveis, levar em consideração os critérios e práticas sustentáveis apontadas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 2012:

- a. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

- c. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d. Possibilidade de execução da obra, preferencialmente, com mão de obra local;
- e. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

**4.1.6.** Quando da elaboração dos projetos básicos e executivos e nas demais peças técnicas compatíveis, a CONTRATADA deve atender a Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MPOG, nos seguintes aspectos:

- a. Ventilação e Resfriamento: Desenvolvimento de arquitetura com aproveitamento de luz e ventilação natural. O uso de climatização mecânica (que consuma energia elétrica) deve ser restrito apenas aos ambientes onde for indispensável.
- b. Proteção Passiva: Uso de elementos de proteção passiva e materiais para tratamento da envoltória do prédio que regulem a carga térmica e minimizem o consumo de energia.
- c. Isolamento: Isolamento térmico dos dutos de refrigeração.
- d. Eficiência Luminosa: Adoção exclusiva de lâmpadas em LED e luminárias de tecnologia mais eficiente (alto rendimento, economicidade e maior vida útil).
- e. Controle e Automação: Automação da iluminação do prédio com divisão de circuitos individualizada por ambiente e uso de sensores de presença (especialmente nas áreas de menor afluência de público).
- f. Água da Chuva: Aproveitamento da água de chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a sua captação, transporte, armazenamento e reuso.
- g. Reuso e Tratamento: Sistema contínuo de reuso de água e de tratamento dos efluentes gerados.
- h. Drenagem Externa: Utilização de pisos externos drenantes, atérmicos e antiderrapantes, garantindo o escoamento das águas superficiais para a rede pública quando a chuva superar a capacidade de absorção do solo.
- i. Materiais Reciclados e Biodegradáveis: Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, visando reduzir a necessidade de manutenção.
- j. Agregados e Madeira: Uso obrigatório de agregados reciclados nas obras (sempre que houver oferta e custo inferior aos naturais) e exigência de comprovação da origem de manejo sustentável da madeira.
- k. Desenvolvimento Local: Priorização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras.
- l. Fontes Alternativas: Utilização de fontes alternativas de energia limpa.
- m. Controle de Consumo: Implantação de sistema de medição individualizado por prédio para o consumo de água e energia.

**4.1.7.** Atender, quando da elaboração dos projetos básicos e executivos e nas demais peças técnicas compatíveis, a Portaria nº. 43, de 28/01/2009, do Ministério do Meio Ambiente, que veda a utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto e dos produtos que contenham estas fibras na execução de obras públicas;

**4.1.8.** Resolução nº. 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente -Conama, no que for aplicável para licenciamento dos projetos nos órgãos, entidades e concessionárias de serviço públicos anuentes;

**4.1.9.** A contratação não envolverá mão de obra em regime continuado;

**4.1.10.** A contratação não envolverá mão de obra com dedicação exclusiva;

**4.1.11.** A contratação das quantidades será realizada mediante demanda da Instituição;

**4.1.12.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **Acessibilidade**

**4.2.** Os projetos de construção, ampliação, reforma, locação ou mudança de uso de edificações do TRE-PI, Fóruns Eleitorais, Cartórios Eleitorais, Arquivos e Depósitos deverão ser executadas de modo que tornem os espaços acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, sempre que for tecnicamente viável.

**4.3.** Deverão ser observadas as normas técnicas de acessibilidade, primando-se pela adoção do desenho universal e garantindo-se as adaptações razoáveis, de modo a assegurar acessibilidade plena a espaços, informações e serviços, coibindo qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência, (Res. CNJ 401/2021, art. 2º, § 1º, c/c art. 4º, inc. VII e § 1º) e a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);

**4.4.** A Norma Técnica NBR ABNT 9050:2020, ou sua última revisão, deverá ser adotada para estabelecimento dos critérios de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

## **Subcontratação**

**4.5.** É admitida a subcontratação parcial dos serviços objeto deste contrato, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total de cada contratação específica, considerando levantamentos e projetos, para as disciplinas complementares, sendo vedada a subcontratação total do objeto ou das atividades de coordenação técnica geral e de elaboração do Projeto Básico e Executivo de Arquitetura, que constituem o núcleo essencial da contratação e devem ser executadas diretamente pela CONTRATADA.

**4.6.** A subcontratação depende de autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA formalizar o pedido com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação ao início da execução da disciplina a ser subcontratada, instruindo o pedido com os seguintes documentos:

- a. identificação da empresa subcontratada, com CNPJ e dados de contato;
- b. registro ou inscrição da subcontratada no CREA ou no CAU, conforme a disciplina a ser executada, em plena validade;
- c. Certidão de Acervo Técnico — CAT do profissional responsável pela disciplina subcontratada, expedida pelo conselho profissional competente, comprovando experiência em serviços de características compatíveis com o objeto;
- d. justificativa técnica fundamentada para a subcontratação, demonstrando a complementaridade da especialidade em relação ao escopo da Ordem de Serviço.

**4.7.** O CONTRATANTE analisará o pedido e emitirá decisão fundamentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação completa.

**4.8.** Não será admitida a subcontratação de empresa que, no momento do pedido, esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, ou que figure no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS.

**4.9.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação técnica das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**4.10.** A subcontratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica — ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica — RRT referente à disciplina executada, previamente ao início dos serviços subcontratados.

**4.11.** Os custos decorrentes da subcontratação são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus adicional em razão dessa opção, sendo vedado à CONTRATADA alegar a subcontratação como justificativa para descumprimento de prazos ou padrões de qualidade."

**4.12.** Para fins de controle do limite de 25%, a CONTRATADA deverá indicar, no pedido de autorização, o valor estimado de cada subcontratação, cabendo à Fiscalização manter o controle acumulado ao longo das etapas da contratação específica.

### **Capacidade de Atendimento Simultâneo**

**4.13.** A CONTRATADA deverá possuir estrutura técnica e operacional que permita o desenvolvimento simultâneo de projetos decorrentes de diferentes Ordens de Serviço, sem comprometimento dos prazos e da qualidade técnica individualmente estabelecidos para cada demanda.

**4.13.1.** O TRE-PI poderá emitir, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, novas Ordens de Serviço independentemente de outras já em andamento, cabendo à CONTRATADA planejar e dimensionar sua equipe de forma a garantir o cumprimento simultâneo de todos os cronogramas vigentes.

**4.13.2.** Para fins de planejamento e controle, o número máximo de Ordens de Serviço simultâneas ativas — assim entendidas aquelas com prazo de execução em curso — será de até 3 (três) unidades da Justiça Eleitoral, salvo anuência expressa da CONTRATANTE para ampliação desse limite.

**4.14.** A declaração de que trata o Anexo VI deverá contemplar expressamente a disponibilidade de pessoal técnico e aparelhamento suficientes para o atendimento simultâneo no limite estabelecido no subitem anterior.

### **Garantia da contratação**

**4.15.** Para a presente contratação, não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em razão da natureza dos serviços e da forma de pagamento vinculada à entrega e aceitação dos produtos.

**4.16.** A ausência de garantia não exime a Contratada de sua responsabilidade civil e administrativa por eventuais danos causados à Administração, erros técnicos ou descumprimento de prazos, permanecendo vigentes todos os mecanismos de glosa e sanções previstos neste instrumento.

### **Vistoria prévia**

**4.17.** É facultado aos licitantes a realização de vistoria para reconhecimento dos locais em que serão prestados os serviços.

**4.18.** O licitante poderá realizar às suas expensas a vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 13h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto à Seção de Engenharia e Manutenção Predial, por meio dos telefones (86) 2107-9724 / 9733 ou pelo e-mail: [seemp@tre-pi.jus.br](mailto:seemp@tre-pi.jus.br).

**4.19.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**4.20.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**4.21.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.22.** Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo do Anexo V.

**4.23.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Execução**

**5.1.** Todos os serviços registrados deverão ser executados através da emissão de nota de empenho correspondente e respectiva Ordem de Serviço, podendo também serem executados através de contrato e, em ambos os casos, a confecção, a emissão ou assinatura devem observar o prazo de vigência da ata de registro de preços, incluída eventual prorrogação.

**5.1.1.** A publicação de eventual contrato, observará o prazo previsto no Art. 94 da Lei 14.133/2021.

**5.1.2.** Os serviços se darão por contrato nos seguintes casos:

- a. quando a complexidade da demanda for de Médio/Grande Porte nos termos do subitem 5.5. deste Termo;
- b. quando exigir acompanhamento e obtenção de aprovações complexas junto aos órgãos públicos e/ ou concessionárias de serviços públicos;
- c. sempre que o valor dos serviços ultrapassar o limite estabelecido para a dispensa de licitação de obras e serviços de engenharia, conforme o disposto no Art. 75, inciso I, e no Art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e suas atualizações.

**5.2.** Os projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia e demais peças técnicas de cada elemento devem atender às etapas e procedimentos definidos no Anexo I – Caderno de Encargos.

**5.3.** Na elaboração de projetos, a definição do preço dos serviços dar-se-á por meio da elaboração de orçamento com os custos unitários estabelecidos na proposta da CONTRATADA e quantidades levantadas de acordo com a demanda específica e aferidas conforme as definições de base de contratação do Anexo II – Caracterização das Disciplinas e Definição de Bases para a Contratação.

### **Etapas de Entrega**

**5.4.** O projeto completo está dividido em 3 etapas: Etapa 1 – Levantamentos / Estudo Preliminar / Laudos de Vistoria; Etapa 2 – Projeto Básico e Executivo (inclusive memoriais e orçamentos); Etapa 3 – Pós-Entrega dos Projetos.

#### **Etapa 01 – Levantamentos e Laudos de Vistoria**

**5.4.1.** Compreende as visitas técnicas e a apresentação dos levantamentos físicos do terreno e das edificações existentes, bem como o diagnóstico das condicionantes legais, técnicas e programáticas incidentes sobre a demanda. O produto desta etapa tem caráter exclusivamente cadastral e diagnóstico, não incluindo a definição de soluções de projeto, que será desenvolvida na Etapa 02.

**5.4.2.** A etapa se encerra com a entrega dos produtos mínimos exigidos para as respectivas disciplinas e aprovação pelo CONTRATANTE.

**5.4.3.** Deverá ser apresentado pela CONTRATADA após a visita técnica, a lista de disciplinas necessárias para a execução da Etapa 02 (Projeto Básico e Executivo) com base nos preços e disciplinas registradas na ata, inclusive justificativas das quantidades solicitadas, de desacordo com os quantitativos levantados in-loco, para análise e manifestação da CONTRATANTE.

#### **Etapa 02 – Projeto Básico e Executivo**

**5.4.4.** Compreende, em entrega unificada, o desenvolvimento do projeto de arquitetura desde a sua concepção inicial — com definição das soluções arquitetônicas, avaliação de viabilidade física e legal, e proposição dos sistemas construtivos — até o seu detalhamento executivo completo, passando pelo nível básico de projeto quando aplicável.

**5.4.5.** Abrange também os projetos complementares e de engenharia nas disciplinas contratadas, incluindo a compatibilização entre disciplinas, a elaboração de memoriais descritivos, a definição dos métodos construtivos, o planejamento da obra e a elaboração de orçamento e cronograma, conforme padrões de entrega definidos no Caderno de Encargos (Anexo I).

**5.4.6.** A unificação das etapas de anteprojeto, projeto básico e projeto executivo em uma única entrega justifica-se pela natureza predominantemente de reforma e manutenção predial das demandas do TRE-PI, cujas intervenções, em geral de pequeno e médio porte, não exigem o escalonamento de aprovações intermediárias que caracteriza empreendimentos de maior complexidade. Quando a Fiscalização, por meio da Ordem de Serviço, identificar demanda de excepcional complexidade que justifique a segmentação das fases, isso será expressamente indicado, com adequação dos prazos.

**5.4.7.** Os projetos das disciplinas complementares serão desenvolvidos diretamente em nível executivo, tendo como referência as soluções definidas no Projeto Básico e Executivo de Arquitetura, não se exigindo entrega intermediária em nível básico para essas disciplinas.

**5.4.8.** Iniciar-se-á após emissão no nova Ordem de Serviço complementar e respectivo empenho, onde devem constar a planilha de orçamento com preços unitários conforme constante na Ata de Registro de Preços, quantitativos levantados para cada disciplina/projeto a ser utilizado de acordo com a necessidade da demanda, bem como o cronograma de execução dos serviços;

**5.4.9.** Os projetos deverão apresentar nível de detalhamento suficiente para a execução da obra, com todas as informações técnicas, especificações de materiais e serviços, e documentação formal (ARTs/RRTs) devidamente assinada.

**5.4.10.** Inclui o protocolo, acompanhamento e obtenção das aprovações junto aos órgãos competentes e concessionárias.

**5.4.11.** A etapa se encerra com a aprovação final dos projetos, memoriais e planilhas pelo CONTRATANTE, juntamente com a obtenção das aprovações legais, caso necessário.

#### **Etapa 03 – Pós-entrega dos Projetos**

**5.4.12.** Compreende o suporte técnico à Administração durante a fase de licitação da obra decorrente dos projetos elaborados, manifestando-se formalmente sobre questionamentos, pedidos de esclarecimento e



impugnações técnicas ao edital que versem sobre o projeto, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

**5.4.12.1.** Caso as impugnações demonstrem a existência de falhas ou omissões nas peças técnicas, a CONTRATADA deverá providenciar as devidas correções nos projetos, memórias ou planilhas, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

### Prazos de Execução dos Serviços

**5.5.** Para cada fase de desenvolvimento do projeto será concedido à CONTRATADA os prazos máximos de execução a seguir:

Complexidade da Demanda	Etapa 01 – Levantamentos e Laudos de Vistoria	Etapa 02 – Projeto Básico e Executivo
<b>Pequeno Porte</b>  (Área construída até 500 m², limitadas pela efetiva área de intervenção)	<b>15 (quinze dias)</b> corridos, contados da data definida na Ordem de Serviço.	<b>40 (quarenta dias)</b> corridos, contados da aprovação formal da etapa 01 pelo CONTRATANTE.
<b>Médio/Grande Porte</b>  (Área construída acima de 500 m², limitadas pela efetiva área de intervenção)	<b>20 (vinte dias)</b> corridos, contados da data definida na Ordem de Serviço.	<b>60 (sessenta dias)</b> corridos, contados da aprovação formal da etapa 01 pelo CONTRATANTE.

**5.6.** A entrega dos produtos de cada etapa estará sujeita a um ciclo restrito de análises e correções, visando garantir a celeridade e a qualidade técnica dos serviços, conforme as seguintes regras:

**5.7.** A Fiscalização realizará uma conferência preliminar em até 03 (três) dias úteis após a entrega do projeto. Caso seja constatado que o produto entregue é manifestamente incompleto, genérico, perante os requisitos exigidos no Caderno de Encargos, o projeto será rejeitado liminarmente.

**5.7.1.** A rejeição liminar implica o não cômputo da entrega para fins de cumprimento do prazo contratual. Contudo, o prazo de execução ficará suspenso pelo período compreendido entre a data do protocolo de entrega do produto e a data da comunicação formal da rejeição liminar pela Fiscalização, desde que a entrega tenha ocorrido dentro do prazo original. A suspensão se aplica exclusivamente ao período da conferência preliminar de até 03 (três) dias úteis previsto neste Termo de Referência, não podendo ser invocada em outras hipóteses.

**5.7.2.** Comunicada a rejeição liminar, o prazo de execução é retomado imediatamente, sem acréscimo do tempo suspenso ao prazo total restante, devendo a CONTRATADA apresentar novo produto corrigido o quanto antes, observado o prazo remanescente.

**5.7.3.** A rejeição liminar reiterada de produtos manifestamente incompletos, mesmo que entregues dentro do prazo, poderá ser considerada indício de inexecução parcial, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas no Item 12 deste Termo de Referência, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**5.8.** Sendo o projeto aceito para análise de mérito, a Fiscalização emitirá um Relatório de Análise Técnica apontando as inconsistências, erros ou omissões. A CONTRATADA terá o limite máximo de 02 (duas) rodadas de correção para sanar integralmente os apontamentos.

**5.9.** A partir do recebimento do Relatório de Análise Técnica, a CONTRATADA terá o prazo peremptório de 05 (cinco) dias úteis para devolver os projetos corrigidos. Este prazo para correções pontuais não se soma ao prazo total de execução da etapa.

**5.10.** Se após a 2ª (segunda) rodada de correções o projeto ainda apresentar os mesmos erros previamente apontados ou não reunir condições de aprovação técnica, o produto será definitivamente reprovado.

**5.11.** A reprovação definitiva por exaustão do limite de revisões configura inexecução parcial ou total da Ordem de Serviço, sujeitando a CONTRATADA às sanções de advertência, multa compensatória e/ou rescisão contratual, conforme Item 12 deste Termo de Referência, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

### **Rotina de Execução dos Serviços**

**5.12.** A partir do recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis:

- a. Indicar o PREPOSTO em Teresina-PI, que atuará como representante local nas tratativas do projeto. Tal profissional deverá possuir capacidade técnica para atendimento as demandas do TRE-PI, a qualquer tempo, durante a elaboração dos projetos. Tal exigência justifica-se pela necessidade de realização de reuniões de elaboração, entrega de produto e/ou de revisão com a equipe da licitante;
- b. Indicar a equipe técnica responsável pelo desenvolvimento dos projetos, com nome, e-mail e telefone dos profissionais;
- c. Participar da reunião inicial, a ser agendada pela CONTRATANTE dentro do mesmo prazo, com a presença do Preposto ou Responsáveis Técnicos, do Gestor do Contrato e dos Fiscais Técnicos, em local definido pela administração, para apresentação do programa de necessidades preliminar e alinhamento geral

**5.12.1.** Caso algum componente da equipe técnica não tenha sido habilitado durante o processo licitatório, juntamente com a indicação também deverá ser encaminhada a documentação exigida para habilitação técnica do profissional.

**5.12.2.** Para assegurar o cumprimento das especificações do objeto, serão realizadas reuniões ordinárias entre CONTRATANTE e CONTRATADA sempre que necessário para dirimir dúvidas e garantir o bom andamento dos serviços.

**5.12.3.** Em todas as reuniões caberá à CONTRATADA secretariar a reunião e expedir, para todos os envolvidos, ata relatando os assuntos tratados e as decisões tomadas;

**5.12.4.** Caso autorizado pela CONTRATANTE, a participação dos profissionais da CONTRATADA poderá ser realizada por videoconferência.

**5.12.5.** As reuniões visarão à obtenção de orientações mútuas e a apresentação de Relatório de Acompanhamento sobre a evolução e andamento dos projetos, bem como a tomada de decisões sobre ações e ajustes necessários;

**5.13.** Havendo Ordens de Serviço concomitantes em execução, a CONTRATADA deverá:

- a. manter equipes técnicas responsáveis de forma individualizada para cada OS ou, alternativamente, demonstrar à Fiscalização que os profissionais compartilhados possuem capacidade para atender a todas as demandas dentro dos prazos contratuais, mediante apresentação de cronograma integrado;
- b. comunicar à Fiscalização, qualquer circunstância que possa comprometer o cumprimento

simultâneo dos cronogramas vigentes, sob pena de caracterização de omissão passível de sanção;

- c. apresentar, quando solicitado pela Fiscalização, relatório de acompanhamento consolidado indicando o estágio de execução de todas as OS ativas, com indicação dos profissionais responsáveis por cada disciplina em andamento.

**5.14.** Durante a fase de elaboração, eventuais dúvidas ou consultas técnicas pontuais acerca das diretrizes dos projetos e demais peças técnicas poderão ser encaminhadas pelo elaborador da disciplina, para o e-mail da Seção de Engenharia e Manutenção Predial do TRE-PI (seemp@tre-pi.jus.br), endereçadas aos Fiscais Técnicos da CONTRATANTE.

**5.14.1.** As orientações e respostas fornecidas pela Fiscalização possuem caráter estritamente colaborativo e diretivo, não configurando, em nenhuma hipótese, recebimento provisório, aceitação de prévias, aprovação antecipada ou validação de mérito das soluções técnicas que virão a ser adotadas pela CONTRATADA;

**5.14.2.** Os Fiscais Técnicos da CONTRATANTE terão o prazo de até 03 (três) dias úteis para analisar e responder às consultas formuladas, podendo este prazo ser estendido em face da complexidade do questionamento;

**5.14.3.** A formulação de consultas técnicas, o envio de questionamentos ou a troca de e-mails para esclarecimentos não geram a suspensão, interrupção ou devolução do prazo global de execução da Ordem de Serviço. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA gerenciar seu cronograma, inclusive antecipando eventuais dúvidas, de modo a garantir a entrega formal e completa dos produtos dentro do prazo contratual originalmente pactuado.

**5.15.** A CONTRATANTE deverá fornecer todas as informações pertinentes à demanda, como diretrizes internas da instituição e demais informações para concepção e elaboração do projeto, podendo ser apresentado pela CONTRATANTE o anteprojeto ou projetos antigos a título de anteprojeto, para desenvolvimento dos demais projetos.

**5.16.** Os pagamentos serão efetuados conforme discriminado no item 7 deste Termo de Referência.

**5.17.** Custos referentes a deslocamentos, hospedagem, diárias, alimentação, e outros necessários à participação dos profissionais nas reuniões serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

**5.18.** Os custos referentes a quaisquer taxas de aprovações de projetos ou responsabilidade técnica nos Conselhos serão custeadas pela CONTRATADA.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.19.** As visitas técnicas e levantamentos serão prestados nas unidades utilizadas pela Justiça Eleitoral do Piauí, conforme disposto no Anexo III, cujos endereços poderão ser alterados ao longo do tempo, sem prejuízo da execução contratual.

**5.20.** Os serviços serão prestados preferencialmente de segunda a sexta, no horário de expediente do cartório/fórum eleitoral ou obedecendo a periodicidade e dinâmicas estabelecidos pelos fiscais do contrato de acordo com cada serviço.

**5.21.** Os demais serviços, devido a sua natureza predominantemente intelectual, deverão ser prestados nas dependências da CONTRATADA, em qualquer localidade.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.22.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias

para execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário

### **Especificação da garantia do serviço**

**5.23.** O prazo de garantia do objeto observará o estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o TRE-PI e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O TRE-PI poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Gestão e Fiscalização do Contrato**

**6.5.** A gestão, fiscalização e rotinas de acompanhamento dos serviços, bem como as atribuições dos servidores designados constarão em Portaria da Presidência deste TRE-PI específica para este fim.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Medição**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, conforme previsto no Anexo IV.

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**7.2.1.** Não produzir os resultados esperados;

**7.2.2.** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.2.3.** Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de fiscalização/senção.

### **Do recebimento**

**7.4.** Esta contratação será recebida em etapas tendo como base as Ordens de Serviço emitidas pelo contratante.

**7.5.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**7.6.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.7.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**7.8.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**7.9.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.10.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período/evento de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.11.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.12.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.13.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**7.14.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.15.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.16.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.17.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.17.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.17.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.17.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.17.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.20.** Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto, nos termos do § 5º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 .

**7.21.** Para finalização de cada etapa concluída, os autores dos projetos cederão os Direitos Autorais ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, através de declaração específica, a ser entregue na conclusão dos referidos projetos, conforme artigo 93 da Lei nº 14.133/2021.

## **Liquidação**

**7.22.** Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma deste Item, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.23.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais dos documentos, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.24.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

**7.25.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.26.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou

entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.27.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**7.28.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.29.** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**7.30.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

**7.31.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem 7.22, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

#### **Forma de pagamento**

**7.32.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

**7.33.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.34.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.35.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.36.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

**7.37.** Para a presente contratação não será permitida a antecipação de pagamento.

#### **Reajuste**

**7.38.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento de referência, datado de 20/04/2026.

**7.39.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, dos índices da **Coluna 39 – Consultoria (Supervisão e Projetos)**, Custo nacional da

construção civil e obras públicas apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada no orçamento estimativo da Administração;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

**7.40.** Não se aplica o disposto no item anterior na hipótese de o atraso na execução dos serviços avençados e a consequente prorrogação do prazo do contrato ocorrerem por causa atribuída à CONTRATADA.

**7.41.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.42.** No caso de atraso ou não divulgação de índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**7.43.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O(s) fornecedor(es) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

**8.2.** A licitação destes serviços dar-se-ão adotando-se o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.3.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (cinco décimos percentuais).

**8.4.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

### **Regime de execução**

**8.5.** O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços máximos**

**8.6.** O critério de aceitabilidade de preços será:

**8.6.1.** valor global do grupo: conforme estimado para a contratação;



**8.6.2.** custos unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência

### **Exigências de habilitação**

**8.7.** Para fins de habilitação, deverá, cada licitante, comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**8.8.** As exigências de habilitação jurídica correspondem às usuais aplicáveis relativas à generalidade do objeto, sendo detalhas no ato convocatório (Edital).

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.9.** As exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista correspondem às usuais aplicáveis relativas à generalidade do objeto, sendo detalhas no ato convocatório (Edital).

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.10.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

**8.11.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

#### **Qualificação Técnica**

**8.12.** Declaração de que o participante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**8.13.** Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo do anexo V, nos termos do § 3º do art. 63 da Lei 14.133/2021.

**8.14.** Apresentar declaração, de acordo com o inciso III, do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, com indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, conforme modelo do Anexo VI.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

**8.15.** Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, em plena validade.

**8.16.** Comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e construtiva equivalente ou superior com o objeto desta contratação, para elaboração de projetos de reforma ou construção, por meio da apresentação de certidões ou atestados (em nome da proponente), emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no conselho de classe competente por meio de Certidões de Acervo Técnico (em nome do profissional responsável vinculado ao licitante).

**8.17.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a . 800,00 m² de área em elaboração de Projeto(s) Arquitetônico(s), em nível executivo de

edificações institucionais, comerciais ou residenciais multifamiliares;

- b . 400,00 m<sup>2</sup> de área em elaboração de Projeto(s) de Estruturas(s), em nível executivo de edificações institucionais, comerciais ou residenciais multifamiliares;
- c. 800,00 m<sup>2</sup> de área em elaboração de Projeto(s) de Instalações Elétricas, em nível executivo de edificações institucionais, comerciais ou residenciais multifamiliares;

**8.18.** Caso o projeto esteja caracterizado como reforma de edificação industrial ou construção de edificação industrial, e que faça parte deste projeto áreas comerciais, administrativas ou equivalentes ao objeto da licitação, deve ser demonstrado através de documentação complementar que tais áreas atendem o previsto nas exigências acima;

**8.18.1.** Os quantitativos de cada item relacionados anteriormente poderão ser comprovados por um ou mais atestados de capacidade técnica da licitante.

**8.19.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**8.20.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.21.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

**8.22.** Para fins de qualificação técnico-profissional, o licitante deverá apresentar profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente — CREA ou CAU, conforme a disciplina — detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida(s) pelo conselho profissional competente, com registro dos respectivos atestados de responsabilidade técnica, que comprovem a execução de serviços de características semelhantes ao objeto, para projetos de reforma ou construção, observados os seguintes quantitativos mínimos por disciplina:

- a . 800,00 m<sup>2</sup> de área em elaboração de Projeto(s) Arquitetônico(s), em nível executivo de edificações institucionais, comerciais ou residenciais multifamiliares;
- b . 400,00 m<sup>2</sup> de área em elaboração de Projeto(s) de Estruturas(s), em nível executivo de edificações institucionais, comerciais ou residenciais multifamiliares;
- c. 800,00 m<sup>2</sup> de área em elaboração de Projeto(s) de Instalações Elétricas, em nível executivo de edificações institucionais, comerciais ou residenciais multifamiliares;

**8.22.1.** Caso o projeto esteja caracterizado como reforma de edificação industrial ou construção de edificação industrial, e que faça parte deste projeto áreas comerciais, administrativas ou equivalentes ao objeto da licitação, deve ser demonstrado através de documentação complementar que tais áreas atendem o previsto nas exigências acima;

**8.22.2.** Os quantitativos mínimos estabelecidos nas alíneas "a" a "c" poderão ser comprovados por profissionais distintos, sendo admitida a designação de um responsável técnico por disciplina ou por grupo de disciplinas tecnicamente afins, conforme indicação da própria licitante.

**8.22.3.** Admite-se que um único atestado comprove a execução de mais de uma disciplina, desde que o documento discrimine, de forma individualizada, as atividades e as respectivas áreas realizadas em cada especialidade.

**8.23.** O licitante poderá comprovar a disponibilidade dos responsáveis técnicos detentores da CAT por quaisquer meios que denotem o compromisso, ainda que futuro, podendo ser carteira de trabalho, declaração de contratação futura (acompanhada de anuência do profissional), contrato de prestação de serviços ou atos constitutivos da empresa. A formalização e comprovação definitiva desse vínculo deverão ocorrer, impreterivelmente, até o momento da assinatura do contrato ou do recebimento da primeira Ordem de Serviço.

**8.24.** O profissional indicado na fase de habilitação deverá assumir a responsabilidade técnica e participar ativamente da execução dos serviços objeto do contrato. Será admitida a sua substituição, por profissional que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a. possuir habilitação no mesmo conselho profissional (CREA ou CAU) e na mesma especialidade do profissional substituído;
- b. comprovar, por meio de CAT expedida pelo conselho profissional competente, acervo técnico com quantitativos iguais ou superiores aos exigidos para a disciplina correspondente no item 8.24 deste Termo de Referência;
- c. não estar cumprindo penalidade de suspensão ou impedimento de contratar com o Poder Público.

**8.24.1.** O pedido de substituição deverá ser instruído com justificativa fundamentada e com as CATs do profissional substituto, submetido à aprovação prévia da Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

**8.24.2.** A Administração do TRE-PI, por meio da equipe de fiscalização técnica, avaliará o perfil do novo profissional proposto e indeferirá o pedido caso o substituto não atenda aos requisitos estabelecidos nas alíneas "a" a "c" deste item, cabendo à CONTRATADA manter o profissional original ou apresentar nova indicação que os atenda integralmente, sob pena de sanções contratuais.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 456.780,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil setecentos e oitenta reais)**, conforme disposto no item 1.1.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

**10.2.** Reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as peças técnicas e projetos em que se verificarem vícios, defeitos, erros de cálculo, falhas de dimensionamento ou incorreções técnicas. Essa obrigação permanece vigente mesmo após o recebimento definitivo dos serviços pela Administração, caso sejam detectados vícios ocultos supervenientes.

**10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**10.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos pertinentes dos serviços a serem executados,

em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**10.5.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.6.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**10.7.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010).

**10.8.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

**10.9.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e penais cabíveis.

**10.10.** Responsabilizar-se por eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

**10.11.** Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

**10.12.** Esclarecer, no prazo de 2 (dois) dias úteis para pequeno porte e 5 (cinco) dias úteis para médio/grande porte, as dúvidas sobre os projetos que surgirem, durante a execução dos serviços de engenharia e forem solicitadas pela Administração do CONTRATANTE ou pela Fiscalização dos serviços de engenharia.

**10.13.** Comunicar ao TRE-PI, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais;

**10.14.** Quando aplicável e conforme a legislação vigente, a contratada deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

**10.15.** Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**10.16.** Se guiar pelas diretrizes de sustentabilidade ambiental e acessibilidade das instalações aliadas à economicidade e à eficiência energética;

**10.17.** Manter empregados necessários para a execução dos serviços, conforme acordado com a contratante;

**10.18.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, em relação aos seus empregados, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE (incluindo-se a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores); como também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e

comerciais resultantes da execução do contrato, apresentando, discriminadamente, a comprovação do cumprimento desses itens;

**10.19.** Possuir todas as habilitações para os serviços, emitidas por órgãos competentes, tais como Prefeitura Municipal e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, Corpo de Bombeiros, ANVISA, IBAMA (Licença Ambiental), da localidade da obra, devendo comprovar tal habilitação quando solicitado pela Fiscalização;

**10.20.** Elaborar os estudos e documentos necessários à obtenção de anuências pelos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, Administração, corpo de bombeiros, órgãos e autarquias do Governo Estadual e Municipal, concessionárias de serviços públicos e entidades de proteção sanitária, do meio ambiente e do patrimônio histórico, artístico e cultural, arcando com todos os custos que se fizerem necessários;

**10.21.** Elaborar a revisão, consolidação e reorganização do programa de necessidades, emitindo parecer técnico sobre a adequação, viabilidade, regularidade e compatibilidade, sem custos para a Administração;

**10.22.** Informar e manter atualizados os meios de comunicação disponíveis para a recepção das solicitações emitidas pela contratante (fax, telefone fixo e móvel, e-mail etc.);

**10.23.** Manter permanente contato com a contratante, através do coordenador de projetos, para a execução do objeto;

**10.24.** Participar, por intermédio do coordenador de projetos e integrantes da equipe técnica, das reuniões que se fizerem necessárias;

**10.25.** Atender prontamente as exigências da contratante inerentes ao objeto do contrato;

**10.26.** Manter arquivadas todas as versões anteriores dos projetos para permitir o controle das alterações, bem como o arquivo de toda documentação referente à execução do contrato;

**10.27.** Fornecer todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos o cronograma e os prazos estabelecidos;

**10.28.** Efetuar correções, alterações e/ou modificações de projetos, especificações, memoriais e outros que se mostrarem necessários ao melhor desenvolvimento dos serviços ou que sejam do interesse da contratante ou ainda aqueles decorrentes de atendimento à legislação, às normas técnicas, e/ou determinações dos órgãos competentes, durante o desenvolvimento dos projetos;

**10.29.** Responder, civil, penal e administrativamente por quaisquer danos materiais, pessoais ou morais ocasionados, direta ou indiretamente, à contratante ou a terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados por sua ação ou omissão, dolosa ou culposamente, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, morte, perda ou destruições, devidamente apurado por competente processo administrativo, com direito ao contraditório e a ampla defesa;

**10.30.** Pagar as multas impostas pela contratante, espontaneamente ou após o trânsito em julgado administrativo;

**10.31.** Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da contratante, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da contratante através de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo máximo de cinco dias úteis, a partir da notificação, garantida a ampla defesa e o contraditório;

**10.32.** A reparação dos danos causados em bens de propriedade de terceiros deverá ser efetuada aos

mesmos, no prazo de cinco dias úteis contados do recebimento da notificação;

**10.33.** Relatar de imediato à contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução dos serviços, bem como qualquer ocorrência que resulte em dano material sob sua responsabilidade;

**10.34.** Respeitar rigorosamente, no que se refere a todo pessoal utilizado nos serviços, a legislação vigente sobre tributos, trabalho, segurança, previdência social e acidentes de trabalho, por cujos encargos se responsabilizará;

**10.35.** Manter-se em situação regular junto à Fazenda Pública com relação a todas as obrigações tributárias, inclusive as acessórias, decorrentes da prestação dos serviços e da situação de empregador, especialmente junto à Previdência Social, ao FGTS e à Justiça do Trabalho;

**10.36.** Executar os serviços objeto deste contrato por profissionais devidamente habilitados para o exercício da profissão pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA (Lei nº 5194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12378/2010) e indicados pela contratada como integrantes de sua equipe técnica;

**10.37.** Responsabilizar-se pela assinatura do autor ou autores dos projetos em todas as peças que compõem os projetos definitivos, indicando o número da inscrição de registro das ART/RRT no CREA/CAU, nos termos da Lei nº 6496/77;

**10.38.** Obter e manter em vigor, as suas expensas, quaisquer licenças ou autorizações que sejam necessárias para a execução dos serviços;

**10.39.** Informar prontamente ao CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à prestação dos serviços contratados que representem risco ao êxito da contratação ou o cumprimento de prazos exigidos, além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas - sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão – comunicando ao CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**10.40.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze anos); nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.41.** Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

**10.42.** Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

**10.43.** Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.44.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

**10.45.** Ainda, quanto ao dimensionamento de sua PROPOSTA, à execução do CONTRATO e à eventual SUBCONTRATAÇÃO, a CONTRATADA tem por responsabilidades:

a. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

b. Realizar a transição contratual com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

**11.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**11.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**11.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**11.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

**11.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

**11.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**11.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado.

**11.10.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.11.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**11.12.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**11.13.** Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

**11.14.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

**11.15.** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**11.16.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**12.2.1. Advertência,** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.2.2. Impedimento de licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**12.2.4. Multa:**

**12.2.4.1.** Por se tratar de contratação originada de Sistema de Registro de Preços, a base de cálculo para a aplicação das multas previstas neste item será o valor da contratação específica (Nota de Empenho ou Contrato derivado) ou o valor da Ordem de Serviço inadimplida, e não o valor global estimado da Ata de Registro de Preços, resguardando-se o princípio da proporcionalidade. Excepcionalmente, nos casos de infrações gravíssimas que atentem contra a lisura e a boa-fé de toda a contratação, a base de cálculo será o valor global estimado da Ata de Registro de Preços.

**12.2.4.2.** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de **atraso injustificado no recebimento do serviço**, sobre o valor da parcela inadimplida da respectiva Ordem de Serviço, até o limite de 30 (trinta) dias.

**12.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas acima nas **alíneas “e” a “h”**, de 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor global registrado na Ata de Registro de Preços.

**12.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do serviço descrita acima na **alínea “c”**, de 15% (quinze



por cento) do valor da respectiva Ordem de Serviço/Nota de Empenho inadimplida.

**12.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita acima na **alínea “b”**, de 8% (oito por cento), calculada sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço/Nota de Empenho.

**12.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço em atraso.

**12.2.4.7.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada da respectiva Ordem de Serviço.

**12.2.5.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias para o recebimento provisório ou para início da prestação dos serviços, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**12.2.6.** O atraso injustificado na entrega do objeto se caracteriza:

- a. A partir do primeiro dia após findo o prazo de execução, para serviços não concluídos;
- b. A partir do primeiro dia após findo o prazo concedido pela Fiscalização para solução de pendências nos serviços concluídos.

**12.2.7.** A inexecução parcial será caracterizada, entre outras hipóteses, por:

- a. A não entrega de uma ou mais disciplinas exigidas na Ordem de Serviço, ou o atraso injustificado na entrega de qualquer etapa por prazo superior ao limite de 30 (trinta) dias estipulado no item 12.2.6, inviabilizando a utilidade e a continuidade dos trabalhos;
- b. Entrega de projetos manifestamente incompletos que sofram Rejeição Liminar, ou que sejam definitivamente reprovados após a exaustão das rodadas de correção previstas no fluxo de análise técnica;
- c. Abandono do objeto, caracterizado pela falta de resposta da Contratada às notificações, diligências, e-mails técnicos ou convocações da Fiscalização por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis consecutivos, sem justificativa plausível.

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**12.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.6.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.8.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**12.9.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**12.10.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.11.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**12.12.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.13.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.14.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.15.** Os débitos do Contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **13. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**13.1.** Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

**13.2.** A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

**13.3.** Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

**13.4.** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos artigos. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

**13.5.** Para os fins de publicidade e transparência ativa sobre esta contratação, adota-se o entendimento do Parecer n. 00295/2020/CONJUR-CGU/CGU/AGU (Parecer\_295\_2020\_CONJUR\_CGU\_CGU\_AGU.pdf), segundo o qual tratamento de dados na contratação de mico empreendedor individual (MEI) contempla a divulgação de nome da pessoa física e do CPF, por serem dados que compõem, obrigatoriamente, a identificação empresarial.

**13.6.** É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

**13.7.** Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

**13.8.** Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

**13.9.** Nos termos o parágrafo 1º da Resolução TRE/PI nº 484/2024, a PPDP se aplica a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada pela Justiça Eleitoral do Piauí, independentemente de o meio ser físico ou eletrônico, ou do país onde estejam localizados os dados.

**14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**14.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação (sujeita a alteração após a classificação pela COOF):

<b>PROGRAMA TRABALHO</b>	<b>DE</b>  02.122.0033.20GP.0022 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa  10.14118.02.122.0570.PI00.0001 – Ampliação de Cartório Eleitoral em Teresina – PI  10.14118.02.122.0570.PI01.0001 – Ampliação de Cartório Eleitoral em Parnaíba – PI  10.14118.02.122.0570.PI02.0001 – Ampliação de Cartório Eleitoral em Luis Correia – PI
------------------------------	--

<b>ELEMENTO DESPESA</b>	<b>DE</b>	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		0219 – Conservação e Recuperação do Patrimônio PI00 – Ampliação de Cartório Eleitoral em Teresina – PI PI01 – Ampliação de Cartório Eleitoral em Parnaíba – PI PI02 – Ampliação de Cartório Eleitoral em Luis Correia – PI

**14.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

## **15. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** Os aspectos que as licitantes julgarem duvidosos ou que estejam omissos neste Termo de Referência, deverão ser apresentados ao CONTRATANTE por meio de e-mail (cct@tre-pi.jus.br), e elucidados antes da abertura da sessão. Após esta fase, as possíveis dúvidas poderão ser interpretadas apenas pelo CONTRATANTE, não cabendo qualquer recurso ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços não previstos nos orçamentos apresentados por ocasião da licitação.

**15.2.** Ainda que o encaminhamento para aprovação formal não seja realizado diretamente pelo autor de cada projeto, será de sua responsabilidade a introdução das modificações necessárias à sua aprovação, a qualquer tempo. A aprovação pela Fiscalização não eximirá os autores dos projetos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

**15.3.** A relação das unidades é estimativa e indicativa para conhecer os problemas e a realidade dos prédios públicos objeto do presente registro, podendo dentro do prazo contratual surgir a necessidade de desenvolvimento de projetos para outros imóveis dentro do valor total, sempre obedecendo a planilha de preços unitárias de cada projeto ou serviço.

**15.4.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o TRE-PI não se obriga a firmar contratações de serviços nela contidos.

**15.5.** Os serviços de execução dos projetos objeto deste TR serão realizados por empresa contratada por este Tribunal para execução de manutenção predial ou por empresa que vir a ser selecionada por procedimento licitatório para execução de obras específicas. Desse modo, para esta contratação, deverá ser observado o Art.º 14, incisos I a VI da Lei nº 14.133/2021.

**15.6.** Os anexos deste Termo são compostos da seguinte forma:

- a. ANEXO I – Caderno de Encargos;
- b. ANEXO II - Caracterização das Disciplinas e Definição de Bases de Contratação;
- c. ANEXO III - Locais de Prestação de Serviços da Justiça Eleitoral do Piauí;
- d. ANEXO IV – Nível de Qualidade dos Serviços ou IMR.

e . ANEXO V - Modelo de declaração de vistoria ou conhecimento pleno de condições e peculiaridades da contratação.

f. ANEXO VI – Modelo de Indicação do Pessoal Técnico, das Instalações e do Aparelhamento.

g. ANEXO VII – Modelo de Proposta de Preços

**15.7.** Os apêndice deste Termo são compostos da seguinte forma:

- a. APÊNDICE I – Mapa de Riscos;
- b. APÊNDICE II - Estudos Técnicos Preliminares ;
- c. APÊNDICE III - Pesquisa de Preços de Contratações Públicas;
- d. APÊNDICE IV – Tabulação e Cálculos de Preços.

MHÁRIO EUGÊNIO DE C. RAMOS  
Integrante Técnico  
*Documento assinado digitalmente*

ROBERTO DE AMORIM COELHO  
Integrante Administrativo  
*Documento assinado digitalmente*



Documento assinado eletronicamente por **Mhario Eugenio de Castro Ramos**, **Analista Judiciário**, em 07/05/2026, às 10:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, **Analista Judiciário**, em 07/05/2026, às 11:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0002717504** e o código CRC **283BD267**.

V



--